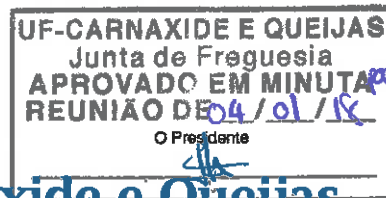


à Carla Madeira para leridos
efetivos
05.01.18



para unanimidade

União das Freguesias de Carnaxide e Queijas Junta de Freguesia

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 07/2018

Serviço: Presidente

Assunto: Declaração de nulidade do processo concursal com vista à constituição de reservas de recrutamento em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para duas vagas da carreira e categoria de Técnico Superior (Acção Social) e uma vaga da carreira e categoria de Assistente Operacional. (Coveiro)

Por Aviso nº 2305/2017 publicado na 2ª série do *Diário da República* nº 46 de 6 de março de 2017 procedeu-se à abertura dos concursos para duas vagas de **Técnico Superior (Acção Social – Referência A)** e de uma para **Assistente Operacional (Coveiro – Referência B)** na sequência da deliberação tomada em reunião da Junta de Freguesia de 8.11.2016, titulada pela Proposta nº 181.

Nesse aviso dá-se conta, no **ponto 17**, da composição do júri concursal (17.3) em que é seu Presidente o então **Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, Jorge Vilhena**, vogais efetivos **Rosa Lopes, Vogal** da JF e **Carla Madeira**, Técnica Superior da UFCQ e como Vogal suplente, o **Secretário** do órgão executivo que substituiria o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

No **ponto 11** definiram-se como **métodos de seleção** a prova de conhecimentos (PC), a avaliação psicológica (AP) e a entrevista profissional de seleção (EPS), tendo o júri classificado as provas de conhecimentos (1º método) em **17 de agosto**¹, efetuado a avaliação psicológica (2º método) em **28 de setembro** e em **16 de outubro** todos de **2017**, a entrevista profissional de seleção. (3º método)

É certo que a composição do júri veio a ser alterada por deliberação do executivo do passado dia **25 de outubro** e publicitada por Aviso nº 13307/2017 na 2ª série do *Diário da República* nº 214 de 7.11.2017 com fundamento na "...manifesta impossibilidade de alguns membros do júri ...", passando a dele fazer parte técnicos superiores e assistentes técnicos quando, na verdade, **já se tinham realizado todos os métodos de seleção** classificados pelo original júri, como se pode constatar das atas juntas ao processo de concurso.

¹ Vide Anexo I à publicitação dos resultados do 1º método de seleção de 17.08.2017.



União das Freguesias de Carnaxide e Queijas Junta de Freguesia

Quer isto dizer que nada mais restaria ao **júri substituto** que submeter a lista classificativa e de ordenação dos candidatos lavrada pelo **júri substituído**, - a **Acta nº 4 de 17.10.2017** - à homologação do dirigente máximo do órgão², no caso, o **Presidente da Junta de Freguesia** que havia sido também Presidente do Júri.

Ora, o artº 20º, nº 2 da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, reguladora do procedimento concursal, diz **quem** designa o júri – precisamente o **dirigente máximo do órgão** – que para o efeito é o **Presidente** do órgão executivo e, no artº 21º, nº 1, fixa a sua composição exigindo que sejam *“...trabalhadores da entidade que realiza o procedimento e ou de outro órgão ou serviço ...”*, e no nº 2 que *“o presidente e, pelo menos, um dos outros membros um dos outros membros do júri devam ter formação ou experiência na atividade inerente ao posto de trabalho a ocupar”*, o que não acontece em nenhum dos dois concursos.³

O verbo “dever” significa “estar obrigado a”. Portanto, o Presidente e um dos vogais do júri do concurso tinham obrigatoriamente de possuir formação ou experiência ao posto de trabalho a ocupar, além de que não poderiam assumir uma dupla qualidade de júri e de entidade **homologante** dos atos que haviam praticado, consubstanciados na lista unitária de ordenação final.⁴

No procedimento em causa, o Presidente do Júri era o então Presidente da Junta, a Vogal Rosa Lopes era também Vogal da JF e a restante, Ana Carla Madeira, Técnica Superior da UFCQ. O mesmo se diga quanto ao Vogal suplente, que era Secretário da JF, em desrespeito pelo estatuído no artº 20º da referida Portaria referente às regras de composição de quem teria a seu cargo as operações de classificação e graduação dos candidatos.

Ora, atento o papel crucial confiado ao júri do concurso, o legislador previu um determinado número de garantias, no que respeita tanto à sua constituição e composição como ao seu funcionamento» nos artigos 20º a 24º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro⁵.

As verificações e as avaliações da seleção traduzem-se em decisões que ou produzem, por si, efeito jurídico na esfera jurídica dos candidatos⁶, ou conformam decisões relativas ao recrutamento⁷. A seleção deve, assim, ser assegurada por órgão que satisfaça as exigências

² Cfr. artº 22º, nº 2 alínea l) da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro.

³ O Presidente do Júri **Jorge Vilhena** (e Presidente da Junta de Freguesia [JF]) não tem formação específica alguma, a Vogal **Rosa Lopes** (e Vogal da JF) é licenciada em **Administração Pública** e a restante Vogal, **Carla Madeira**, licenciada em **Gestão**.

⁴ Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Norte, Procº 00238/12.8BEMDL de 18.11.2016.

⁵ Com as alterações da Portaria nº 145-A/2011, de 6 de abril.

⁶ É o caso das deliberações de exclusão na fase da delimitação dos candidatos que serão submetidos à seleção.

⁷ É o caso das deliberações de classificação e ordenação dos candidatos.



União das Freguesias de Carnaxide e Queijas Junta de Freguesia

da **especialidade** e da **imparcialidade**.

Em regra, a colegialidade do órgão depõe no sentido de uma melhor escolha, seja por, pelo debate que propicia, permitir melhor ponderá-la, seja por oferecer maiores garantias de imparcialidade e independência.

O júri deve ser composto por pessoas com preparação técnica e/ou profissional para avaliar, de forma objetiva, a capacidade ou o mérito dos candidatos; trata-se, também, de salvaguardar o carácter **exclusivamente técnico** do juízo de qualquer risco de desvio em relação aos interesses de parte ou por qualquer forma diversos daqueles que são próprios do concurso, cujo objetivo não pode ser outro que a seleção dos melhores candidatos.

Para maior independência de juízo, justifica-se o recurso a entidades ou indivíduos exteriores ao serviço ou organismo que recruta e, por vezes, mesmo, não integrados em grupo de pessoal ou categoria profissional a que se destina o recrutamento.

A exigência de que os membros do júri tenham categoria ou qualificação profissional superior prende-se, quer com a especialização, quer com a independência dos membros do júri.

Além disso, os **membros suplentes devem preencher as mesmas exigências de especialidade e imparcialidade que os membros efetivos**, pois a designação de suplentes destina-se a permitir, em caso de impedimento dos membros titulares, a sua substituição, para que o júri possa concluir os seus trabalhos num prazo razoável, mantendo uma composição estável durante todas as provas, o que também não aconteceu, por se tratar de um Vogal da JF sem qualificação para qualquer das áreas postas a concurso. Uma coordenação do júri de modo a garantir a aplicação coerente dos critérios de avaliação é indispensável quando o júri reúne em diversas formações nas quais os membros suplentes substituem os titulares.⁸

Tendo-se nomeado o **vogal** da JF e **Secretário**, como suplente que substituiria o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos os quais foram **responsáveis por todas as operações classificatórias**, desrespeitou-se o princípio da **imparcialidade** contido no artº 9º do CPA e da **especialidade** previsto no artº 21º, nº 2 da Portaria, o que inquina o procedimento concursal do vício de **violação de lei**.

Conclui-se assim que a **deliberação nº 181/2016 de 8.11.2016** determinativa da composição do júri e que procedeu à abertura do procedimento em apreço, por ilegal que é,



União das Freguesias de Carnaxide e Queijas Junta de Freguesia

contaminou todos os atos consequentes (endoprocimentais), preparatórios da decisão final, de nada valendo a sua substituição superveniente operada por deliberação do executivo do passado dia **25.10.2017** e publicitada por Aviso nº 13307/2017 na 2ª série do *Diário da República* nº 214, porquanto a aplicação dos métodos de seleção já havia sido integralmente feita pelo júri substituído.

Por outro lado, resulta da Ata nº 2 de 19.05.2017 que o júri excluiu liminarmente candidatos com fundamento na não apresentação de formulário conforme exigido no aviso de abertura [(alínea b)] e na não entrega de cópia legível do documento de identificação civil [(alínea g)], exigências estas manifestamente ilegais.⁹

Com efeito, como bem sublinha a Provedoria de Justiça, o formulário não é, porém, um requisito para o exercício de funções públicas ou um requisito de recrutamento, pelo que a não utilização de um formulário não é, assim, causa de exclusão.¹⁰

O mesmo se diga relativamente às deficiências que porventura as candidaturas comportem, cabendo ao órgão convidar os candidatos a **supri-las** já que simples irregularidades ou as meras imperfeições nunca poderão ser causa de exclusão liminar. (artº 108º aplicável por força do artº 2º, nº 5 ambos do CPA)

Foram também liminarmente excluídos candidatos por não terem entregue cópia legível do documento de identificação civil [(alínea g)] quando esta **exigência** não releva relativamente a qualquer requisito (legal) de recrutamento, aliás, proibida pelo artº 5º, nº 2 e punida com contra-ordenação pelo artº 43º, nº 1 ambos da Lei nº 7/2007, de 5 de fevereiro.

Mas não só.

No **ponto 8.2.** do Aviso de Abertura diz-se que constituem **requisitos especiais** para Técnico Superior da área da **Ação Social 3 (três) anos de experiência de trabalho com autarquias** [(8.2.1. alínea c)] e, para **Coveiro, 2 (dois) anos de experiência de trabalho em cemitérios.** [8.2.2. alínea b)]

⁸ O Recrutamento de Trabalhador Público, Ana Fernanda Neves, Edição do Provedor de Justiça – Divisão de Documentação, págs. 77-82, disponível *on line*.

⁹ O artigo 24.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22.04 («estabelece medidas de modernização administrativa, designadamente sobre acolhimento e atendimento dos cidadãos em geral e dos agentes económicos em particular, comunicação administrativa, simplificação de procedimentos, audição dos utentes e sistema de informação para a gestão») consagra que, «[s]alvo no caso dos atos judiciais e dos contratos a que se refere o n.º 2, não é permitida a recusa de aceitação ou tratamento de documentos de qualquer natureza com fundamento na inadequação dos suportes em que estão escritos, desde que não fique prejudicada a sua legibilidade».

¹⁰ Ob.Cit., págs. 39-40; 85-86.



União das Freguesias de Carnaxide e Queijas Junta de Freguesia

Compulsada a pasta referente aos **prestadores de serviço** verificamos que os candidatos que ficaram em **1º e 2º lugares**, nas duas vagas postas a concurso para Técnico Superior de Ação Social, são precisamente quem já se encontrava a exercer funções sob regime de avença, **Rodrigo Braz de Oliveira M Tito de Lencastre e Marta Filipa Salgado Fragoso** os únicos que poderiam preencher tais requisitos num concurso externo.

O mesmo se diga quando ao candidato **Eduardo Barroqueiro**, com contrato de prestação de serviços na modalidade de avença para o lugar de **coveiro**.

Estes candidatos não concorreram em **pé de igualdade** com os demais, bem pelo contrário, pois já se encontravam favorecidos pelo requisito que os restantes concorrentes externos dificilmente poderiam preencher em virtude do júri ter introduzido uma **discriminação fundada em fatores de discriminação ilegítimos**.¹¹

A valoração, para efeitos de seleção, do prévio exercício de funções ou da experiência profissional constitui um dos domínios que propicia o tratamento **desigualitário** infundado dos candidatos, traduzido na consideração infundada e/ou desproporcionada da experiência adquirida num contexto institucional específico ou ao abrigo de um determinado vínculo laboral¹², como veio a suceder.

Tratam-se, com efeito, de dois **concursos moldura** abertos precisamente para estes candidatos em clara violação dos princípios enformadores do procedimento concursal, o da **igualdade** (artºs 13º e 47º, nº 2 da CRP) e do **mérito**¹³ ao se fixarem requisitos ditados não por razões objetivas, mas por **situações individualizadas e concretas**: admitir no quadro quem se encontrava fora dele por um vínculo jurídico de prestação de serviços.

O **resultado** dos concursos estava, assim, de antemão **determinado**, em evidente violação dos princípios basilares que regem a contratação de pessoal para emprego público e o acesso a este em condições de igualdade.

A consequência que se há-de extrair da preterição do princípio da igualdade, em que é afetado o **direito fundamental** de acesso à função pública, o desvalor jurídico que projeta é o da **nulidade**. (artº 161º, nº 2 al. d) do CPA)

A violação manifesta deste princípio significa a negação do próprio concurso, fazendo deste um

¹¹ Violação do princípio da igualdade que postula a igualdade de condições ou de tratamento e a igualdade de oportunidades.

¹² É esta a posição da **Provedoria de Justiça**, in, O Recrutamento de Trabalhador Público, pág. 70.

¹³ O concurso é por natureza comparativo e só a objetividade da comparação permite preservar a fidelidade e mérito desta, através do recrutamento de candidatos mais capacitados para o exercício da atividade laboral a que respeite.



União das Freguesias de Carnaxide e Queijas Junta de Freguesia

simulacro, já que eram dirigidos à estabilização de prévios vínculos laborais¹⁴, isto é, com **destinatários individualizados** e, nessa medida, destinados a favorecer **candidatos certos**. Neste caso, como bem sublinha a Provedoria de Justiça na obra que vimos seguindo de perto, é como se a decisão concursal **não** resultasse de procedimento concursal. (artº 161º, nº 2 al. g) do CPA).

E se assim é, atuações administrativas travestidas de legalidade, não merecem a tutela positiva do Direito.

Decorre do regime da nulidade que **o ato nulo não produz quaisquer efeitos jurídicos** (artº 162º, nº 1 do CPA) podendo ser declarado a todo o tempo pelos órgãos administrativos competentes para a anulação. (nº 2)

Nos termos e pelos fundamentos que antecedem, **propõe-se** que o executivo delibere favoravelmente o seguinte:

1. Declarar **nulo e de nenhum efeito** o processo concursal com vista à constituição de reservas de recrutamento em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de **Técnico Superior (Ação Social)** e para a carreira e categoria de **Assistente Operacional (Coveiro)** aberto por Aviso nº 2305/2017 publicado na 2ª série do *Diário da República* nº 46 de 6 de março de 2017.
2. Notificar todos os concorrentes do conteúdo da deliberação tomada.
3. Publicitar na 2ª Série do *Diário da República* a presente deliberação declarativa da nulidade e bem assim no portal da UF.
4. A presente proposta seja aprovada em minuta.

Carnaxide, 04 de janeiro de 2018.

O Presidente,

(Inigo Pereira)

¹⁴ Que se encontravam em regime de prestação de serviços na modalidade de avença.